

Aristóteles e a dignidade da política

Luizir de Oliveira*

Resumo: Este artigo procura trazer à reflexão algumas idéias do pensamento político aristotélico, a fim de, resgatando os pontos de contato entre as reflexões dos antigos e as dos contemporâneos, mostrar que o diálogo entre esses dois "mundos" possui uma grande pertinência.

Palavras-chave: Aristóteles – ética – política – bem-estar

O mundo contemporâneo, na sua miríade de manifestações multifacetadas, continua apresentando, como o vem fazendo nas dezenas de séculos que nos separam das primeiras representações filosóficas nascidas na Antiga Grécia, àqueles que se dedicuem com um pouco de boa vontade a contemplá-lo, um espectro de fenômenos amplamente férteis à reflexão. O maravilhar-se diante de novas sensações – atitude absolutamente intrínseca e indispensável ao espírito filosófico –, a descoberta de um aspecto pouco explorado, ou mesmo o redescobrimento de um fato sob novo ângulo constituem ações imprescindíveis para o equilíbrio da mente humana, sob pena de estagnar-se aquela que não nutrir pelo menos alguma dessas inclinações.

Entretanto, dada a variedade infinda de fenômenos, cumpremos sempre estabelecer um certo limite para aquilo que pretendemos focalizar. É como se olhássemos por uma janela, e percebêssemos que o âmbito de nossa visão está cercado pela moldura;

* Doutorando no Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo e bolsista do CNPq.

quanto mais distante nos puséssemos dela, mais condensadas seriam as imagens externas que chegariam até nós. Dessa maneira, e a fim de não nos lançarmos a uma tarefa assaz grandiosa, que nos deixaria à deriva no mar de possibilidades que a Filosofia oferece, buscaremos estabelecer um recorte do objeto que de pretendemos tratar neste artigo.

Freqüentemente, somos expostos a questões que demandam respostas rápidas, mais ou menos acertadas, muitas delas reflexas, condicionadas: devo ou não devo manter determinada promessa? Como julgar a atitude dos soldados sérvios que levam a cabo uma limpeza étnica em seu território sob ordens superiores? A verdade deve ser sempre preferida, independentemente das consequências que sua revelação possa carregar?

Essas questões, e inúmeras outras de cunho mais ou menos aproximado, fazem parte dos problemas práticos do comportamento humano e encontram-se arraigadas tanto nos indivíduos como nos grupos sociais desde tempos imemoriais. Para solucioná-los, ou pelo menos tentar encontrar um equilíbrio entre eles, recorremos a um núcleo de normas, atos, juízos ou argumentos a fim de justificarmos a atitude tomada. Entramos no território da atividade moral, aquele no qual nossa conduta quotidiana está pautada. Mas os homens não somente agimos moralmente senão também refletimos acerca dos nossos atos. Desta maneira, dá-se a passagem do plano da prática moral para o da teoria moral – ou da moral vivida para a moral refletida. E quando somos capazes de perceber essa passagem, entramos na esfera dos problemas teórico-morais ou éticos (cf. Vázquez 4).

De todas as “aplicações” da reflexão ética passíveis de estudo e aprofundamento, uma, particularmente, desperta especial interesse: o entremear da ética no espaço político. Notícias a respeito de corrupção, suborno, comportamentos ditatoriais, limpezas étnicas ou raciais, todos eles baseados numa forte e bem estabelecida teia política mais ou menos ideológica, são abundantes. Quanto mais nos detivermos nessa análise, tanto mais seremos capazes

de tecer hipóteses a respeito da separação, cada vez mais distanciada, entre o fenômeno político e o ético, tão absolutamente indissociáveis no pensamento filosófico antigo que chegavam até mesmo a ser sinônimos. Atualmente, por outro lado, parecem tender a transformar-se em atitudes antitéticas, antagônicas.

A partir dessa constatação, e negativamente impressionados com as consequências desse “divórcio” forçado que o mundo contemporâneo fomenta, tentaremos tecer algumas observações acerca das idéias ético-políticas no pensamento grego antigo, notadamente o de Aristóteles. Recortando mais ainda, nossa preocupação se centrará especificamente nas idéias aristotélicas sobre a formação do cidadão como ser político.

I. A ética aristotélica

Aristóteles inicia a *Ética a Nicômaco* afirmando que toda atividade humana almeja a algum bem. E por esta razão define o Bem como “aquilo a que tendem todas as coisas” (Aristóteles 1, 1094a). Assim, as ações dos homens, sejam quais forem, apresentam uma finalidade precípua, qual seja, a busca do melhor, daquilo que mais proximamente os levasse do Bem em si.

Existem, contudo, fins e bens que são buscados como meios ou caminhos na consecução de bens maiores, mais elevados. Seriam os chamados bens relativos. Naturalmente, esse tipo de pensamento poderia conduzir-nos à conclusão de que a cadeia de bens e fins é infinita: sempre haveria algo além a ser buscado. Mas Aristóteles não nos deixa incorrer nesse erro. Seria impensável, segundo ele, um processo que levasse de fim em fim sem que fosse alcançado um termo. A própria idéia de Fim pressupõe um limite, estruturalmente falando. O filósofo ensina-nos que todos os fins e bens intermediários, ou relativos, tendem ao Bem Supremo: “Se, então, há um fim nas coisas que fazemos, fim este que desejamos por ele mesmo (todo o restante sendo desejado por causa

deste fim), e se nós não escolhemos nada em vista de outra coisa particular (pois, assim, o processo iria ao infinito, de modo que o nosso desejo seria vazio e inútil), é claro que esse deve ser o bem e o Bem Supremo" (*id., ibid.*).

Qual seria, portanto, esse Bem Supremo, ao qual todos almejariam? O Estagirita não faz suspense. O Bem Supremo é a *eudaimonia*, o bem-estar⁽¹⁾. Na seqüência, o filósofo nos levará ao cerne da questão.

À pergunta que poderíamos apor a esta primeira, qual seja, onde estaria esse Bem Supremo, ou melhor, a qual das ciências ou capacidades humanas ele seria adjudicado, constituiria objeto, Aristóteles nos responderá de forma bastante precisa: "Esse fim parece pertencer à mais superior das artes, ou melhor, àquela que realmente é a arte suprema. E a política parece ser desta natureza" (*id., ibid.*).

Chegamos, logo no início de nossa discussão, ao ensinamento básico de Aristóteles, de que a Ética e a Política andam absolutamente ligadas, inextricavelmente inseparáveis. Aristóteles prossegue circunscrevendo mais o âmbito da ação política. Ele não busca apenas atingir o bem supremo para o indivíduo. Seu escopo é mais grandioso, pois abrange a coletividade. Mesmo que o bem fosse o mesmo para um homem e para o Estado, o bem do Estado é considerado, sem margem de dúvidas, o melhor, o maior, o mais completo a se preservar. Embora, enfatiza Aristóteles, esse bem já fosse valioso ainda que para manter *um* único indivíduo, vale muito mais preservá-lo quando o objetivo for a nação, a cidade-estado, a *pólis* grega. Nisso, em verdade, resume-se a indagação que o Estagirita passa a desenvolver.

II. O que é o bem-estar?

Existem, com efeito, três diferentes tipos de vida: a vida de prazeres, a vida política e a vida contemplativa (Aristóteles 1, 1095b). A maioria dos homens, segundo o filósofo, parece considerar o bem-estar como o viver bem, gozar os prazeres da vida. Contudo, essa classe de pessoas (que ele qualifica como homens do tipo mais vulgar), que favorece a vida de prazeres, acaba por se tornar escrava daquilo que imaginam ser um bem. Essas pessoas viveriam como verdadeiros animais.

O segundo tipo de homens, mais educados, identificam o bem-estar com a honra, e a honra seria o objetivo buscado por aqueles que se dedicam à vida política. Mais uma vez, entretanto, este não parece ser o fim último que buscamos, nota Aristóteles, pois é algo *exterior* a nós: “Pois ele [o fim], de fato, parece depender mais de quem concede a honra do que de quem a recebe: mas o bem nós consideramos ser algo próprio do homem e inalienável” (*id., ibid.*).

Ademais, como enfatiza Giovanni Reale “os homens buscam a honra não por ela mesma, mas como prova e reconhecimento público da sua bondade e virtude, as quais, portanto, demonstram ser mais importantes que a honra” (Reale 3, p. 407). Aristóteles bem o sabia. Não bastava procurar o bem-estar externamente. Tudo aquilo que viesse “de fora” do homem acabaria por “corromper” o verdadeiro fim último que ele tanto deseja. Comprometeria o próprio bem-estar.

Se, por um lado, a vida que busca prazeres ou honras poderia admitir uma certa plausibilidade, o mesmo não seria possível na vida direcionada ao acúmulo de riquezas materiais. Esta se constitui numa compulsão desenfreada, porque não é a riqueza aquele fim último a que todos almejam. Muito pelo contrário. Consiste ela tão-somente num meio. Esse tipo de vida seria o mais absurdo, uma vez que tem como objetivo a obtenção de *meios* e não de *fins*.

Novamente estaríamos na esfera exterior e o bem supremo, como já vimos, é algo que deve ser buscado interiormente.

Ainda no que se refere a esse mesmo tema, Aristóteles fará, na seqüência, uma breve incursão pelo pensamento de Platão, para também descartá-lo. A idéia do Bem, o bem-em-si, como defendido por Platão, não pode ser o bem supremo, pois para aquele pensador trata-se de um bem transcendente. E Aristóteles procura um bem imanente, realizável e alcançável pelos homens e para os homens. Diz ele: “E de igual modo a Idéia; mesmo se houver um bem que seja universalmente predicável ou seja capaz de uma existência separada e independente, claramente não poderia ser alcançado ou adquirido pelo homem; mas nós estamos buscando algo passível de ser obtido” (Aristóteles 1, 1096b).

Aristóteles encontra-se na esfera do praticável, daquilo que pode ser alcançado. Somente dessa maneira teria valor perseguí-lo. Caso contrário, se constituísse apenas uma idéia inatingível permaneceria no plano “ideal”, sendo não só desnecessário como praticamente inútil: “Talvez, porém, seria mais valioso reconhecer os bens que são alcançáveis e adquiríveis; pois, tendo-os, como modelo saberemos melhor distinguir os bens que são bons para nós, e se os conhecemos os adquirimos” (*id., ibid.*).

Vemos, por esta passagem, que o cunho ético aristotélico possui um fundo prático, educativo mesmo. Busca o *hic et nunc* a fim de “preparar” os indivíduos para suas atividades precípuas, preparar os cidadãos para a vida na *pólis*. Contudo, parece-nos que, até o momento, a concepção do Bem Supremo ainda não está absolutamente pronta. A resposta final, dada pelo Estagirita, estará em perfeita sintonia com a concepção grega da *aretê*, como veremos a seguir.

III. A aretê aristotélica

Vimos anteriormente que o Bem-estar constituía um bem supremo. Mas vimos também que esse bem não é algo que se encontre facilmente, sua imanência não se apresenta como um caminho tranqüilo de ser percorrido. Parece haver ainda um pequeno senão para que ele seja plenamente *realizável pelo homem*. Só então teremos chegado ao fim último que estivemos procurando juntamente com Aristóteles.

Um dos elementos marcantes na discussão aristotélica é a escolha, ou melhor, a preparação do homem para desenvolver sua capacidade de escolher acertadamente. Aristóteles, como também já mencionamos anteriormente, deixa claro que há basicamente duas “classes” de coisas:

- a) Aquelas que escolhemos por si mesmas;
- b) Aquelas que escolhemos pelo bem de outras.

Entre esses dois tipos, o filósofo enfatizará que somente aquilo que tem validade por si mesmo é desejável e digno de ser buscado. Isto é o que ele conceitua como final, o termo da atividade humana (*id.*, 1097a). Ora, sabemos que o Bem-estar encontra-se nesta categoria de coisas que são eleitas por si mesmas. Esclarece Aristóteles:

“Tal coisa é o bem-estar, acima de tudo; pois o escolhemos sempre por si mesmo e nunca por causa de outra coisa. A honra, o prazer, a razão e todas as virtudes também escolhemos por si mesmas (pois se nada resultasse delas ainda assim as deveríamos escolher). Contudo, nós as escolhemos por causa do Bem-estar, ao julgarmos que, por meio delas, seremos felizes. O Bem-estar, por outro lado, ninguém escolhe por causa destas coisas, nem, em geral, por qualquer outra coisa que não ele mesmo” (*id.*, 1097b).

Nessa passagem Aristóteles aponta para uma característica marcante do Bem-estar: sua auto-suficiência. E por auto-suficiente, enfatiza ainda, entende aquilo que supre as necessidades intrínsecas não apenas de um só homem mas de toda a comunidade. O auto-suficiente, segundo Aristóteles, é algo que, se isolado de todo o resto, ainda assim torna a vida desejável. E o Bem-estar cumpre todos esses quesitos, por isso ser o termo, o fim a que almeja o ser humano: "Bem-estar, então, é algo final e auto-suficiente, é o fim da atividade [humana]" (*id., ibid.*).

Toda essa discussão acerca do Bem-estar é importantíssima para a compreensão do conceito de cidadão que estamos tentando traçar. Ela está mesmo na base da formação do homem e este, por viver em comunidade, deverá possuir a capacidade de desenvolver sua virtude ao ponto máximo na busca deste estado, na percepção e apreensão do *Summum Bonum*. Só assim a comunidade (a nação ou o Estado) atingirão a plenitude de suas potencialidades. Assim, o bem-estar é identificado com a *Virtude par excellence*. Isto ficará claro na continuação da *Ética a Nicômaco*.

A cada coisa particularizada cabe alguma atividade. Assim, a obra do olho consiste em ver, a obra dos pés, caminhar; dos ouvidos, ouvir; e assim por diante. Ora, se existe uma obra peculiar a cada coisa, deve haver uma que seja peculiar ao homem. No que se constitui, então? Não poderia ser o simples viver, pois as plantas e os animais também vivem, o que de certa forma descharacterizaria esta obra como peculiar ao homem. Tampouco poderia ser a vida de percepção, porque esta também é comum aos cães, cavalos, enfim, aos animais. Dessa forma, resta que a atividade precípua do homem é *a vida ativa que possui um princípio racional*. A definição do filósofo é objetiva: "O bem próprio do homem é a atividade da alma segundo a virtude, e se há mais de uma virtude, segundo a melhor e a mais perfeita" (*id.*, 1098a).

O verdadeiro bem do homem, portanto, consiste nessa atividade de razão, mais precisamente, no perfeito desenvolvimento e atuação dessa atividade (cf. Reale 3, p. 408). Aristóteles está em

perfeita harmonia com a teoria platônica que legava à alma o papel da essência humana, mais particularmente, à parte racional da alma. Será nela que devemos buscar os verdadeiros valores, pois só ela constitui o verdadeiro do homem: “Os bens foram divididos em três classes, uns são chamados exteriores, outros relativos à alma, outros [relativos] ao corpo; dizemos que aqueles relativos à alma são os principais e mais verdadeiros” (Aristóteles 1, 1097b).

Concluiremos, portanto, dizendo que os verdadeiros bens do homem são os espirituais, encontrados na virtude da alma. Neles é que está o Bem-estar.

Recolhendo o que já discutimos anteriormente temos que são fundamentais para o Bem-estar:

1) que seja final, isto é, sempre escolhido por si próprio e nunca como um meio;

2) que seja auto-suficiente, ou seja, algo que por si mesmo torne a vida digna de ser escolhida.

Alcançamos também que a consecução desse Bem-estar só será acessível ao homem por meio do que Aristóteles chama de *to logon echon* – aquilo que possui um plano ou regra, o “querer racional”. Assim, o bem-estar constitui a vida dessa faculdade própria do homem, que só ele é capaz de executar. Entretanto, não pode ficar no campo da potencialidade apenas, mas deve efetivar-se como atividade, uma atividade em absoluto acordo com a virtude e que se manifesta durante toda uma vida. Essa é, cremos, a base sobre a qual deve assentar-se o comportamento humano que vise a alcançar o pleno desenvolvimento de suas possibilidades.

Qual seria a postura aristotélica, contudo, no que concerne aos prazeres que não fazem parte desse núcleo interior, aqueles que são chamados de externos? Aristóteles não os deixará de lado, muito pelo contrário. Pensamos que o objetivo do filósofo era o de tentar garantir uma boa formação para o homem, não desenvolver um sistema absolutamente ascético. Visava, sim, ao equilíbrio para as desmedidas humanas. Os prazeres externos fariam parte do todo orgânico que possibilitaria ao homem a obtenção do Bem-

estar. Ele está consciente dessa duplidade: “Evidentemente, como dissemos, ele também necessita de bens externos; pois é impossível, ou não tão fácil, agir nobremente se nos falta o equipamento apropriado” (*id.*, 1099a).

O Bem-estar parece pressupor a prosperidade. O filósofo enumera uma série de exemplos por meio dos quais procura ilustrar, o mais possível, essa passagem. Existe a necessidade, por assim dizer, de uma certa “bagagem” para que o caminho até o Bem-estar supremo possa ser alcançado. Assim, àquele a que foi dado possuir uma boa aparência física, saúde, bons amigos, riquezas, belos filhos etc. estaria mais bem equipado para empreender a viagem ao Bem-estar do que aquele outro a quem faltassem tais atributos. Disso podemos depreender que, se a virtude constitui a raiz do Bem-estar, o prazer é seu acompanhamento natural e a prosperidade, sua condição própria normal.

Aqui encontramos um dos principais pontos de toque para identificarmos a ligação que Aristóteles fará entre a Ética e a Política. Até então o filósofo parece ter preparado o terreno para que fosse possível a boa formação do “cidadão ideal”, daquele que mais facilmente conseguiria atingir a plenipotência da atividade política. Lembremos que ao iniciar a *Ética a Nicômaco* Aristóteles havia eleito a política como a melhor das ciências, e o seu fim como o melhor dos fins. E mais, seria mesmo sua tarefa primordial a “educação” dos homens (*id.*, 1099b).

Ao homem virtuoso nunca será negado o Bem-estar. Aquele que é verdadeiramente bom e sábio tem todas as chances de usufruir de uma vida feliz. E visto ser o homem um ser gregário, ao qual a vida em sociedade é imprescindível, melhor seria se fosse possível garantir que todos os cidadãos tivessem a plena consciência daquele “querer racional”, visando não somente ao seu próprio bem-estar mas também ao de toda a comunidade. Aquele que verdadeiramente tenta entender a política deve ter em mente, pelo que acabamos de expor, que a virtude constitui o ponto mais alto a ser compreendido e assimilado, advém da parte racional da alma.

Não é algo “de natureza”, mas algo que se pode apreender pelo exercício racional. É formada pela prática constante e sistemática das atividades da razão. Esse treino é a única maneira de garantir que o homem, o cidadão, se torne virtuoso, isto é, que ele conheça exatamente o que faz; que escolha a ação apropriada e a execute por si próprio e, finalmente, que o faça sempre por disposição permanente.

Ao criar um verdadeiro manual de comportamento ético, Aristóteles não está preocupado em enumerar regras, princípios morais que, se seguidos à risca, levariam o indivíduo a atingir o Bem-estar supremo. Muito pelo contrário. Pensamos que a *Ética Nicômaco* está preocupada, isso sim, com a formação do caráter do cidadão. E isto só se consegue com treino, com exercício constante, racional e, acima de tudo, com a absoluta espontaneidade da ação. Não há imposição comportamental, mas aderência natural aos princípios virtuosos, às ações corretas. Aristóteles sinalizou que há nos indivíduos algo de que depende o ser bom ou ser mau. Distinguiu a vontade do livre-arbítrio, apontando para um problema de dimensões maiores que, entretanto, não havia alcançado o grau de concatenação necessário para que ele as pudesse solucionar completamente. Seu mérito maior foi o de ter demonstrado que existe a possibilidade de se escolher por si mesmo o melhor caminho, de se buscar a melhor ação em todos os momentos. Essa é uma capacidade humana intrínseca e inalienável.

Estamos cientes de que somente a ótica de Aristóteles não seria suficiente para um aprofundamento dos problemas que as instituições do século XX apresentaram e apresentam a nós. Contudo, parece-nos haver um substrato comum, que independe de tempo e espaço, ao qual todos estamos ligados e do qual todos dependemos de alguma forma. Nesse sentido é que buscamos os pontos de ligação entre a antiga filosofia aristotélica e nossas “modernas” formas de agir.

De nossa leitura fica-nos muito evidente a estrita necessidade de se encarar o fenômeno ético de forma intrínseca ao compor-

tamento humano. Não basta apenas reconhecê-lo como parte de uma plêiade de informações que contribuem para nossa formação como seres racionais. O importante é estar absolutamente convencido de que ele aponta para uma maneira de agir, de colocar-se perante o mundo sensível, que deve ser vista como a única possível, se nosso intuito for o de estar em acordo com o natural caminhar do universo. Se tudo tende a um Bem Supremo, se nossas vidas só poderão ser validadas a partir do momento em que conscientemente e de livre vontade aceitarmos os padrões comportamentais que nos levem a atingir esse estado de bem-estar, ao qual todos almejamos de uma forma ou de outra, então a compreensão da Moral, da Ética será imprescindível para a consecução de nossos objetivos principais.

Se avançarmos um pouco mais, detendo-nos nas relações sociais, políticas ou mesmo culturais de nossa sociedade, veremos quanto mais próximos estaremos da ação ética. Ética e Política deveriam seguir sendo como pensadas na Antigüidade: um só e mesmo fenômeno. Indissociáveis, por tratarem de um mesmo objeto visto sob ângulos minimamente diferenciados. A ação humana só tem sentido se vinculada à vida em comunidade, sob o teste-munho constante do outro. O âmbito político garante essa interação. O ético fornece os princípios básicos necessários para que o teste-munho seja validado e passe a fazer parte do comportamento em si. Sob um mesmo teto coabitam pacificamente.

Entretanto, até onde temos sido capazes de apreender, parece-nos que essa pacífica convivência não tem sido compreendida pelo homem contemporâneo. A Política passou a significar algo tão diferente e longínquo da Ética que parecem constituir campos distintos. E o agir livre e naturalmente, eticamente, passou a ser considerado mesmo algo *old fashioned*. Numa sociedade como a brasileira, da qual podemos falar com um pouco de vivência, a síndrome do anti-ético enraizou-se tão profundamente que parece-nos difícil conseguir revertê-la sem um amplo trabalho de resgate e sustentação dos valores morais mais simples e básicos. A

subversão desses valores passou a servir como modelo para a atitude política e, por que não dizermos, para o conjunto de todas as atividades de nossa sociedade.

Não pretendemos assumir uma postura antipática, conservadora ou falso moralista. Somente gostaríamos de apontar para algumas questões que nos incomodam particularmente e que vemos tentando compreender ao longo deste trabalho e de outros estudos paralelos. De qualquer forma, esperamos que nossa leitura tenha podido trazer uma vez mais à discussão alguns aspectos do pensamento antigo, não como uma saudosa pseudo-erudição, mas como uma forma de revalidá-lo e de demonstrar a sua atualidade. Presentificando-o uma vez mais, esperamos poder reafirmar sua importância para a compreensão da vida contemporânea. Afinal, o passado e o presente não nos parecem tão díspares quando buscam atingir o bem-estar do cidadão. Apenas ligeiramente diferenciados.

Abstract: This article aims at bringing to reflection some ideas of the Aristotelian political thought so to show that, rescuing the point of contact between Antiquity and Contemporary reflection, the dialogue between those two "worlds" reveals itself extremely appropriate.

Key words: Aristotle – ethics – politics – well-being

Nota

- (1) Preferimos traduzir *eudaimonia* por ‘bem-estar’, não por ‘felicidade’, por entendermos que a primeira apresenta um caráter mais abrangente e mais próximo do termo grego do que a segunda.

Referências Bibliográficas

1. ARISTÓTELES. *Nicomachean Ethics*. Trad de W.D.Ross. Chicago: Encyclopaedia Britannica Inc., 1952, Vol. 2.
2. _____. *Politics*. Trad. de B. Jowett. Chicago: Encyclopaedia Britannica Inc., 1952, Vol. 2.
3. REALE, G. *História da Filosofia Antiga*. São Paulo: Edições Loyola, 1994, Vol. II.
4. VÁZQUEZ, A.S. *Ética*, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1993, 14^a edição.